

José André Leitão da Graça  
Advogado

- que pretende o Leitão da Graça?
- que relações c/ Leitão da Graça?
- quem vai dar a resposta?
- líder político? que imagem quer dar de si mesmo?

CARTA ABERTA

AO PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDENCIA DE CABO VERDE  
- A PROPÓSITO DO ANTE-PROJECTO AO III CONGRESSO.

I. Posto que a independência política tenha sido o maior acontecimento da História de Cabo Verde, ela não foi até então utilizada para a eliminação das classes exploradoras caboverdeanas, que não estão interessadas na revolução anti-imperialista. Treze anos decorridos sobre a data da proclamação da independência, Cabo Verde continua ainda uma sociedade de exploração do homem caboverdeano pelo homem caboverdeano. Reforçaram-se de facto numericamente os elementos prósperos das classes economicamente dominantes nos meios urbanos. A Lei das Bases da Reforma Agrária, embora desprovida de carácter socialista, constitui porém um instrumento importante para a eliminação dos vestígios medievais. Conhecemos todavia um caso (isolado?) no Chão de Coqueiros em que um "morgado" ainda dita a "sua" lei! Formou-se a classe dos burocratas partidário-estatais. Preconizando a paz e o consenso sociais, ela bloqueia a luta de classes em nome do desenvolvimento (leia-se crescimento!), o que contribui para a manutenção do "statu quo": a velha estrutura de classes sociais antagónicas <sup>foi</sup> revitalizada.

Liquidado o sistema colonial obsoleto, resultaram para o país benefícios em quase todos os domínios da vida social. Disso são exemplo as leis que se votaram e que democratizaram o ensino a um nível sem precedentes, os progressos obtidos na luta contra o analfabetismo, o acesso das amplas massas populares aos tribunais através da assistência judiciária gratuita e a elaboração de um novo Código de Família. Enormes recursos financeiros e materiais foram postos pela comunidade internacional à disposição do Estado. O nosso povo pôde manifestar as suas virtudes na luta contra a desertificação. A seca prolongada não provocou as mortandades da época colonial. Os nossos dirigentes lá fora ganharam "jus" ao título de bons gestores. Mas quem mais beneficiou do crescimento económico havido foram aquelas classes dominantes!

Prevê a Constituição da República, no seu artº 11º, a implantação de três formas de propriedade, mas nenhuma delas fez nascer as relações de produção socialistas. Pois, é do conhecimento geral que só este tipo de relações poderá libertar o homem da exploração, e que elas nunca poderão surgir no seio das sociedades periféricas, extrovertidas, e coexistir com as restantes. Trata-se de uma lei histórica e sociológica inexorável que actua mesmo nos países capitalistas centrais onde as massas trabalhadoras possuem entretanto um alto nível de vida: por exemplo, a Suécia. Assim sendo, é ilusório tanto o princípio programático consagrado no artº 3º da Constituição segundo o qual, citamos, "A República de Cabo Verde é um Estado... orientado para a construção de uma sociedade liberta da exploração do homem pelo homem", como o do artº 10º, citamos: "A organização económica e social da República de Cabo Verde tem como objectivo a promoção do bem estar do povo, a liquidação da exploração do homem pelo homem".

No domínio económico, os actuais líderes do movimento de libertação nacional caboverdeano não abriram em Cabo Verde a etapa da transição para o socialismo ou, como preferem chamar-lhe certos ideólogos, a etapa do desenvolvimento não-capitalista. O país continua umbilicalmente ligado ao sistema mundial do capitalismo no qual conserva o estatuto de periferia. Pretende-se agora construir uma economia nacional(?) cada vez mais extrovertida, quer dizer mais dependente daquele sistema através do desenvolvimento dos sectores da indústria transformadora virada exclusivamente para a exportação e da prestação de serviços internacionais ligados à posição geo-económica do país. Procura-se assim uma maior inserção na divisão internacional do trabalho quando não podiam ser mais pessimistas as perspectivas da N.O.E.I. No que concerne à prestação de serviços, a nossa História encerra duas lições sintomáticas de que se não deve fiar no sistema mundial do capitalismo: a primeira, quando os barcos deixaram de "fazer aguada" nos portos da Cidade Velha e Praia; segundo, quando no Porto Grande deixaram de funcionar as companhias de carvão inglesas. Ninguém nos garante que tais vicissitudes não voltarão a repetir-se! Em nosso entender, a estratégia de "desenvolvimento" extrovertida representa um perigo para a nação em construção, pois dela não poderá seguramente resultar uma economia nacional (capitalista desenvolvida!) e independente. Penso que a pseudo-oposição caboverdeana já não tem alternativa que mereça credibi-

lidade. Liquidar todas as conquistas obtidas, acelerar o processo alargando as rédeas aos monopólios internacionais, tais são os únicos objectivos dessa oposição anti-patriótica.

II. Ao contrário do que até aos anos setenta se acreditava nos outros países da África ao sul do Sahará, aqui em Cabo Verde não se poderá atribuir ao sistema de partido único a "missão de integração nacional" a fim de justificar a sua imposição.

Se no nosso arquipélago são realmente aparentes as particularidades culturais e linguísticas, de grupo de ilhas para grupo de ilhas senão mesmo de ilha para ilha, o que entre outros factores se deve à descontinuidade do nosso território, a verdade é que uma observação mais cuidada aliada ao conhecimento da história do povoamento de Cabo Verde exclui a hipótese de elevar as populações autóctones à categoria de comunidades ou etnias distintas entre si. É que de facto se constituiu historicamente em Cabo Verde uma única comunidade nacional cujo núcleo inicial terá porventura surgido em Santiago, reproduzindo-se depois nas demais parcelas do território. Diversamente do que sucedeu noutras áreas africanas, aqui em Cabo Verde - nas difíceis condições do colonialismo e contra ele, grupos heterogéneos do ponto de vista cultural e linguístico forjaram uma nova comunidade nacional que só carece do cimento económico das várias parcelas do território para atingir o estágio supremo de nação acabada. Há <sup>que</sup> todavia chamar a atenção para o alerta de Samir Amin(1) quando escreve: "Há que precisar que só a constituição de um capitalismo central permite que a formação nacional assumam consistência." Entre nós a unidade nacional, posto que necessit<sup>ainda</sup> de ser reforçada, preexistia à criação do Estado e de qualquer Partido! O mesmo se não poderá dizer dos outros países africanos. E daí que se não possa invocar em Cabo Verde, a título de argumento a favor da manutenção do partido único, que no contexto caboverdeano ele desempenhe uma qualquer "missão de integração nacional".

Não se deve porém subestimar certos fenómenos que se agravaram depois da independência, por não terem oportunamente obtido uma solução adequada. Refiro-me aos chamados "bairrismos", nomeadamente o que opõe os mindelenses aos santiaguenses e vice-versa. É uma ideologia reaccionária que só interessa a certas camadas das classes dominantes urbanas, mas enquanto na Praia e Assomada não ultrapassou ainda uma mi-

noria restrita, no Mindelo contudo já afectou as próprias massas urbanas e, o que é mais grave, tem uma conotação racista. Quanto aos que se queixam da presença na Praia de um número cada vez maior de "sampajudos", esquecem-se porém que qualquer capital tem de pagar o seguinte preço: para ela convergem os indivíduos de todos os cantos do país. Só que nas mesmas condições que os "badios" não é justo que tenham privilégios ou protecções! Critica-se ainda que eles são colocados nos melhores cargos da Administração Pública. Mas, sendo a mesma a natureza de classe de uns e de outros, nada nos poderá garantir que colocados os "badios" à testa dos mesmos cargos serão mais devotados que os "sampajudos" ao povo trabalhador.

Um dos outros argumentos invocados em justificação do sistema do partido único por alguns líderes africanos, tais Houphouët Boigny e Sekou Touré, era o da inexistência de classes sociais e de luta de classes nos seus respectivos países que nesse aspecto seriam homogêneos. Daí que aos seus olhos surgisse o partido único como a formação política de todo o povo, de união nacional. Relativamente a Cabo Verde, a realidade é neste aspecto heterogênea. Efectivamente, e sem entrarmos em pormenores, a estrutura de classes apresenta a dicotomia: exploradores e explorados. A situação actual remonta à época em que um punhado de senhores europeus oprimia e explorava os escravos negros. E a evolução operada não foi no sentido da eliminação da exploração do homem pelo homem. Não se verificando, portanto, em Cabo Verde aquela premissa que aqueles líderes julgaram observar nos seus respectivos países, segue-se que neste aspecto também não se justifica o sistema do partido único vigente em Cabo Verde. Pelo contrário, a estrutura de classes antagónicas impõe -pela própria definição de "partido"- o sistema pluripartidário, o que aliás mais cedo ou mais tarde (como aconteceu ontem no Senegal e está hoje a acontecer na Tunísia!) se produzirá em Cabo Verde.

Em defesa do sistema do partido único (uma causa de há muito perdida!) foram aduzidos outros argumentos, sendo um deles que o sistema monopartidário asseguraria melhor o desenvolvimento do país e em tempo recorde. Todavia, nenhum dos países que desde os anos sessenta o praticam conseguiu sair da situação de subdesenvolvimento em que vegetam. Isto equivale a reconhecer que o sistema do partido único, em si, não é um instrumento do desenvolvimento!